Sobre o agenciamento do passado: História, Memória e devires

Thiago Alves Nunes Rodrigues Tavares[1]

Dos diversos instrumentos utilizados pelo homem,
o mais espetacular, sem dúvida é, o livro.
Os demais são extensões de seu próprio corpo.
O microscópio, o telescópio,
são extensões de sua vista;
o telefone é a extensão de sua voz;
em seguida, temos o arado e a espada,
extensões de seu braço.
O livro, porém, é outra coisa:
o livro
é uma extensão da memória
e da imaginação.

(Jorge Luís Borges, *Cinco Visões Pessoais*)

RESUMO

Pretende-se ao longo do presente trabalho, pensar a função do produção historiográfica no Brasil oitocentista, com vistas a sua coadunação ao projeto de construção da nação brasileira, empresa esta que tinha a frente o Instituo Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Para a realização deste trabalho, foram utilizados por fontes, as primeiras Revistas do IHGB, as quais se apresentam como seminais para o conhecimento e entendimento da formação do campo historiográfico que se desenvolvia tendo por horizonte a historiografia de caráter fundacionista, bem como, compreender o ordenamento discursivo orientador do que haveria de ser uma História do Brasil.

RÉSUMÉ

Il est prévu tout au long de ce travail, pense que la fonction de production historique au Brésil du XIXe siècle, en vue de leur coadunition le projet de construction de la nation brésilienne, cette société a dû faire face l'Institut historique et géographique brésilien (IHGB). Pour ce travail, ont été utilisés par les sources, le premier Magazines IHGB, qui se dressent comme séminal à la connaissance et la compréhension de la formation du champ de l'historiographie qui s'est développée en prenant horizon historiographie caractère fondamental, ainsi que de comprendre l'guider l'ordre du discours qui serait une histoire du Brésil.

Temos as palavras de Borges apresentadas em epígrafe a este texto, como seminais para o desenvolvimento das ponderações que

1 Doutor em História pela UFRGS/ Coordenador do Curso de História das Faculdades INTA / Contato: thiagohist@hotmail.com

desenvolveremos; haja vista, as mesmas nos levarem a refletir acerca do devir extensão do livro.

Entendemos, contudo, que os apontamentos realizados pelo autor não esgotem outras possibilidades de análise, para as quais pretendemos sinalizar ao longo de nossas ponderações que serão desenvolvidas tendo sempre por horizonte, o livro – especificamente o de História, agenciado numa determinada temporalidade e indelevelmente marcado pelo local social da enunciação: o oitocentos e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB).

Atentando para os trabalhos realizados pelo IHGB, que nos são dados a ler na sua Revista, e especificamente, o *Artigo 1º* de seus estatutos, que havia de orientar as suas atividades, evidencia-se que um dos objetivos postos ao Instituto era a disseminação tanto da história como da geografia pátria, tão logo seus cofres pudessem cobrir o ônus desta empreitada[2]. Neste rizoma[3], pensando partir das reflexões de Deleuze, é que se começam a relacionar os o inseparáveis elementos do binômio saber/poder, e ainda, de forma incipiente, e mais pela negação de modelos do que pela apresentação de modelos programáticos a serem seguidos, é que se pensa o que (não) deveria ser uma História do/para o Brasil. É neste campo escorregadio, marcado pelas indefinições caras à formação das disciplinas e do delineamento de projetos políticos de caráter marcado pela teleologia, que se fabula um livro; mais especificamente um compêndio de História[4], capaz de prestar-se a um devir veículo de disseminação da imaginação, da memória, vidas, vozes, visões e eventos. Elementos estes que deviam se apresentar como potencialmente capazes de contribuir para a instituição do sentimento

---

2 Cf. Extracto dos Estatutos do Instituto Historico e Geographico Brazileiro. In *Revista do Instituto Historico e Geographico Brazileiro,* Rio de Janeiro, tomo I, 1839, p. 22.

3 Sobre a ideia de Rizoma, sugerimos a leitura de DELEUZE, Gilles. *Conversações: 1972-1990*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1998.

4 Lê-se, no *Diccionario da Lingua Portugueza* de Moraes Silva, publicado em 1813, como definição ao verbete Compendio*: resumo do mais substancial, ou das noções mais elementares de alguma arte, sciencia,ou preceitos: v.g. Compendio da Doutrina de Lógica, de Direito Natural, (...) em compendio: resumidamente*. Chama-nos a tenção ainda, Arlete Medeiros Gasparello afirmando que no Brasil do século XIX o termo mais utilizado para designar um livro produzido para finalidade de ensino era chamado de compêndio. Cf. GASPARELO, Arlette Medeiros. *A pedagogia da nação nos livros didáticos da escola secundária brasileira*. São Paulo: Iglu, 2004.

de pertença à comunidade nacional, o que entendemos como elemento fundante para viabilizar a existência de uma nação brasileira. Invenção esta, da nação, em torno da qual há candente discussão, e ao longo deste trabalho, optamos por apontar apenas uma vertente do debate, com vistas a justificar nosso posicionamento dentro da problemática do processo de invenção das nações.

O debate acerca da formação da nação, se desenvolve movido por uma indagação de se apresenta, aos nossos olhos, clássica: teriam os Estados realizado trabalhos objetivando a fabricação da nação ou a nação é que teria fundado os Estados. Nossas reflexões se desenvolvem no sentido adotar as ponderações de terem os Estados fomentado a construção das nações; é o apontaram nossas investigações. Ora, entendemos que foram os Estados que se mobilizaram para a constituição das comunidades imaginadas[5]; fosse através da produção historiográfica, da instituição e difusão de uma cultura, de uma língua, de uma literatura, os quais foram elementos, alé, evidentemente da produção historiográfica, sobre os quais as entidades políticas oitocentistas apoiaram-se para a realização de seus objetivos; enfim, elementos que se somassem a um processo de instituição de um estar no mundo, preferencialmente, instituído pelas civilizadas e civilizadas penas de intelectuais engajados aos referidos projetos de construção nacional. Projeto este, onde tais elementos, frutos gestados e cultivados em meio a uma cultura savante, haveriam de exercer uma *performance* de Máquinas de Estado representadas, portanto, por artefatos culturais construídos pelo intelecto, em detrimento do fio da espada, da pólvora e do chumbo.

Tarefa árdua seria a de contribuir para a realização de uma nação brasileira, tendo em vista, sua experiência de formação, assim como o arranjo através do qual se articula o 07 de setembro que materializa o Brasil. Diante, portanto da experiência Histórica brasileira[6], a construção de uma nação brasileira, haveria de ser iniciada, impreterivelemente, pela instituição

---

5 ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

6 Cf. TAVARES, Thiago Alves Nunes Rodrigues. Da tragédia a epopeia: o agenciamento das memórias em Francisco Adolfo de Varnhagen. 240f. Programa de Pós-graduação em História da UFRGS, 2011

de uma sensibilidade, do internalização do sentimento de pertença ao Brasil, objetivando desta forma, despertar o nacionalismo, obra que deveria–aos olhos de seus artífices, de ser realizada pelo empenho e patriotismo dos associados ao IHGB, corroborando a criação de elementos que se somassem à construção de uma nação brasileira; esta entendida como sentimento e não só um conceito que ilustra o vocabulário político e historiográfico oitocentista. Aspereza da empresa da qual já tinha consciência Januário da Cunha Barboza, quando nos informa que

> esta tarefa, em nossas circumstancias, bem superior ás forças de um só homem, ainda o mais emprehendedor, tornar-se-há fácil pela coadjuvação de muitos Brazileiros esclarecidos das províncias do Império, que attrahidos ao nosso Instituto pela gloria nacional, que é o nosso timbre, trarão a deposito commum os seus trabalhos e observações, para que sirvam de membros ao corpo de uma historia geral e philosophica do Brazil. As forças reunidas dão resultados prodigiosos; e, quando os que se reúnem em tão nobre associação apparecem possuídos do mais encendrado patriotismo, eu não duvido preconisar um honroso successo á fundação do nosso Instituto Histórico e Geographico.[7]

Inferimos da análise do excerto, uma narrativa historiográfica em devir Máquina de Estado agenciada nas páginas de um livro de História, rizoma saber/poder haveria de ultrapassar as extensões propostas por Borges, em consonância aos preceitos da historiografia oitocentista, os desejos e as necessidades do presente que se impunham aos ilustrados e ao Império. Pragmatismo que movia as penas, pincéis, mentes e corpos, matizando, portanto, tanto a narrativa realista quanto a ficcional agenciadas ao longo do oitocentos e movidas pelo movimento romântico, para o que chama a atenção Valter Sinder, ao ponderar que *tanto a literatura como a história eram consideradas como tendo a mesma função: narrar a experiência e o acontecido com o objetivo de elevar o homem*[8].

Interessa-nos aqui, ponderar apenas sobre a narrativa ficcional e realista em suas especificidades do oitocentos. Entende-se, que ambas narrativas estivessem para além da atividade *mnemônica* e recreativa, respectivamente. Contituiam-se, portanto, como agenciamentos maquínicos

---

7 Extracto dos Estatutos do Instituto Historico e Geographico Brazileiro. In *Revista do Instituto Historico e Geographico Brazileiro,* Rio de Janeiro, tomo I, 1839, p. 22.

8 SINDER, Valter. “A reinvenção do passado e a articulação de sentidos: o novo romance histórico brasileiro”. In *Estudos Históricos.* Vol.14, n.26, 2000. p.255.

em rizoma aos esforços desenvolvidos pelos Estados com vistas à invenção de dispositivos que corroborassem a formação das nações.

Frente às demandas da formação de um campo historiográfico imbricado a construção de uma nação, os artesãos da imortalidade revisitaram o pretérito no intuito de agenciá-lo maquinicamente, para o que aponta Fernando Catroga, refletindo sobre as narrativas relacionadas aos processos de construção das nações, segundo nos informa o autor, *essas narrativas determinam que cada presente construa a sua própria história, não só em função da onteicidade do que occorreu, mas também das necessidades e lutas do presente*[9]. Prática esta que nos é passível de ser analisada, pois, dada a ler na RIHGB, onde vislumbramos que os trabalhos ali realizados davam-se no sentido de oferecer, à época de seus fundadores, alicerces sobre os quais havia de se erigir a historiografia e funcionar esta *em honra da pátria*,

> Nem é de pequeno incentivo ás fadigas dos membros d'esta litteraria Associação Brazileira a gloria que lhes resulta de trabalhar *em honra da patria*, fazendo-a conhecida das nações estrangeiras por memoraveis acontecimentos, hoje talvez ignorados, com desdouro dos que os praticaram em tempos bem difficultosos.[10]

O pensar e materializar narrativas históricas não haveria de se constituir, como tarefa fechada sobre si. Era através da escrita de uma História, que se haveria de contribuir para a invenção de uma imagem *policiada* do Brasil, e, desta forma, contribuir com o projeto de construção nacional. O que certamente não seria alcançado com imagens tidas por "desfiguradas" sobre o "Brasil" e seu pretérito. Neste sentido, de pensar as imagens tidas por desfiguradas, entendemos que o discurso de Januário da Cunha Barbosa seja emblemático deste policiamento diante dos ditos e não ditos sobre o Brasil, conforme nos informa Barboza:

> O coração do verdadeiro patriota brazileiro aperta-se dentro do peito quando vê relatados desfiguradamente até mesmo os modernos factos da nossa gloriosa independência. Ainda estão elles ao alcance das nossas vistas, porque appenas dezesseis annos se tem passado dessa época memorável da nossa moderna

---

9CATROGA, Fernando. *Memória, História e Historiografia*. Coimbra: Editora Quarteto, 2001, p.09.

10 *Revista do Instituto Historico e Geographico Brazileiro,* Rio de Janeiro, tomo I, 1839, p.5.

> historia, que accrescentou no Novo Mundo um esperançoso Império ao catálogo das nações construídas, e já muito se vão obliterando na memória daqueles a quem mais interessam, só porque tem sido escripto sem a imparcialidade e necessário critério, que devem sempre formar o caracter de um verdadeiro historiador[11].

O excerto ao discurso de Cunha Barboza evidencia o policiamento, a coerção do pretérito a ser agenciado pela escrita da História, ao longo da formação do campo historiográfico, bem como dos trabalhos do Instituto Histórico; procedimentos estes que nos são apresentados como parte constitutiva do método para o agenciamento de uma narrativa fundacionista para o Brasil. É o que é passível de ser observado ainda, em proposição de 06 de abril de 1839, instituindo que *se declare pelos jornaes que só se devem ter por authenticas as noticias e declaraçoes que forem publicadas por ordem do Instituto e assignadas pelos Srs. Secretários*[12]. Proposta aprovada.

Frente ao exposto, pensamos ter apresentado elementos que contribuam para aclarar as premissas a serem respeitadas por um futuro historiador do Brasil, e que acabavam por normatizar o ordenamento discursivo que se estabelecia *pari passu* a formação do campo historiográfico no oitocentos brasileiro, bem como, constitutivos para o agenciamento de uma Máquina de Estado orientada pelo crivo da memória dos associados ao IHGB. Crivo da memória que acaba por endossar e orientar avaliações pelas quais haviam de ser julgados pertinentes ou não, fosse a publicação, o arquivamento e disseminação de notícias, impressões, memórias, indivíduos e eventos, como dignos ou indignos, adequados ou não, fosse para apresentar uma imagem do Brasil ou figurar nas páginas de uma História do Brasil. Era então, a partir de tais procedimentos e tendo em conta tal as demandas postas pelo projeto/processo de construção nacional, que uma narrativa sobre o pretérito, apresentada num livro de História, haveria de apresentar-se, como elemento capaz de amalgamar os dispersos povos do Brasil e viabilizar a existência de um "brilhante futuro" para o Império, seguindo os preceitos de uma historiografia marcada pela teleologia: como

11 Revista do Instituto Histórico e Geographico Brazileiro, Tomo I, 1º Trimestre de 1839, n.1, p.11.
12Revista do Instituto Histórico e Geographico Brazileiro, Tomo I, 1º Trimestre de 1839, n.1, p.111.

nação. Inegavelmente, uma *performance* a ser desenvolvida por uma narrativa que os estudiosos dos processos de fundação das nações tem, utilizando-se do conceito clássico de Halbwachs, Memória Coletiva, sobre o que reflete em obra homônima[13]. Neste sentido, sobre o papel das narrativas de caráter coletivo na construção ou instituição de sociabilidades e entidades políticas, apontam também as ponderações da historiadora Maria Regina Celestino de Almeida, analisando a produção historiográfica oitocentista, pensando em harmonia com Moses Finley, informa que as memórias coletivas têm fundamental importância na coesão social de grupos. Diz ela que

> após a independência, os recém criados Estados americanos depararam-se com a tarefa de construir uma memória nacional que unificasse as populações em torno de novas identidades históricas e culturais. A memória coletiva, importante elemento que dá coesão ao grupo social, é, segundo Finley, seletiva, construída e nunca determinada por fatores inconscientes. Sua função é orientar o comportamento social e, nesse sentido, ela pode se tornar importante instrumento de poder e manipulação.[14]

Infere-se, desta forma, que as atividades desenvolvidas acerca da definição de bases para a escrita da História pátria não se restringiam somente, seguindo as orientações de Heródoto, salvar da voragem dos tempos os feitos, mas sim, fazer lembrar de uma determinada forma; forma esta, na de um artefato capaz de cooptar, tocar, sensibilizar o leitor/consumidor de uma determinado passado agenciado maquinicamente, capaz de colocar-se como amalgama, gerar a coesão social entre as partes, enfim, somar-se ao processo de construção da nação brasileira. Daí acreditarmos que este agenciamento que se constituía ao longo dos trabalhos do Instituto Histórico terem por meta a invenção de uma Máquina de Estado com funções que se delineavam também ao longo dos trabalhos desenvolvidos na *Casa*; processo que pensamos apresentarem-se de forma profícua as palavras de Antonio Carlos Marques de Santos, ao ponderar que

---

13Cf. HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva.* Rio de Janiero: Centauro, 2008. Sugerimos também a leitura de RICOEUR, Paul. *La Histoire, l’memóire* , l´oubli. Paris: Seuil, 2000.

14ALMEIDA, Maria Regina Celestino. “Comunidades indígenas e Estado nacional: histórias, memórias e identidades em construção (Rio de Janeiro e México – séculos XVIII e XIX)”. *In* SOIHET, Rachel; ABREU, Martha; GONTIJO, Rebeca (orgs). *Cultura política e leituras do passado.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p.191.

> O significado da história como “biografia da nação” já havia sido discutido por Antonio Gramsci, que identificava este modo de escrever história ao nascimento do sentimento nacional, constituindo-se também num poderoso instrumento político para coordenar nas grandes massas os elementos que formam precisamente o sentimento nacional. [...] A história nacional, concebida consciente ou inconscientemente como “biografia da nação”, organizada numa coletânea de temas que atuam como elementos instituidores da própria nacionalidade, legitimando-a.[15]

Neste contexto de construção dos Estados-nacionais, o pensar e produzir a História fora tarefa encabeçada pelos dirigentes dos Estados; narrativas que, para além de dissipar a diversidade de experiências formativas, haviam de viabilizar a integração dos Estados como um todo, haja vista, o fomento aos regionalismos[16], propiciado pela produção historiográfica (local), ter se apresentado como um problema a ser equacionado frente às aspirações integracionistas dos dirigentes imperiais. Tal preocupação é explicitada, conforme temos a possibilidade de analisar, na monografia de Carl von Martius intitulada *Como se deve escrever a História do Brasil*[17], apresentada em virtude de concurso proposto pelo IHGB em 1840. Em se tratando das problemáticas postas a Historiografia de caráter local, nos chamam a tenção ainda Ilmar Mattos, ao ponderar que o pensamento historiográfico apresentou-se como pilar *de sustentação o exemplo do IHGB, sendo ilustrativo e, como decorrência um dos, [...] instrumento dos grupos dominantes e dirigentes que tentavam destacar o geral (o nacional) e esmaecer o particular (a região)*[18], e ainda, Temístocles Cezar ao informar que

> fora a produção de narrativas integracionistas com a finalidade de convencer, persuadir os brasileiros ou ainda os povos que se

---

15 SANTOS, Afonso Carlos Marques de. “Memória, História, Nação: propondo questões”. *In* - _________. *A invenção do Brasil: ensaios de história e cultura*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008, p.99.

16 Sobre a relação da produção historiográfica e os regionalismos sugere-se a leitura de de THUILLIER, Guy; TULARD, Jean. *Histoire Locale et Régionale.* Paris: PUF, 1992.

17 VON MARTIUS, Carl Friedich Philipp. Como se deve escrever a história do Brasil. *Revista Trimestral de Historia e Geographia.* n.24. Rio de Janeiro: Imprensa Americana de I.P.da Costa, 1845.pp.381-403.

18 MATTOS, Ilmar Rohloff. *O tempo saquarema: a formação do Estado imperial*. 5ª ed. São Paulo: Hucitec, 2004, p.34.

> desejava que assim o fosse, que compartilhavam um passado comum, assim, como a mesma identidade.[19]

Mas como uma narrativa histórica poderia, efetivamente, auxiliar na internalização do sentimento de pertença às comunidades nacionais para realização das nações? Como haveria este corpo, o Estado, de encontrar (forjar) sua alma? O que tornaria um livro de História qualificado para desempenhar o devir máquina de Estado na formação da nação? Estas tarefas deveriam ser desempenhadas pela narrativa histórica, para o que chama a atenção, ainda, Temístocles Cezar ao apontar que

> Le Brésil, depuis son commencement, est une idée et un lieu. En tant qu'idée, Il reste plus fréquemment à l'etat de projet que de réalite. Même le nom Brasil n'a pás une origine três claire. D'une certaine manière, avant même que les Brésiliens ne deviennent une peuple, ou une communauté politique, Il a toujours existe une variété de conceptions qui rivalisaient pour imposer une représentation de ce qu'etait Le Brésil. Au XIX siècle, une de ces projets ou peut-être une de ces conceptions, dont l'objectif était de donner au Brésil une identité et une image de lui même, s'est incarné dans les débats autour d'une idée nouvelle à l'époche: l'idée de nation.[20]

Ora, se este definir uma representação, um intercessor deste que havia de ser textualmente materializado, imbricado ao projeto de construção nacional, fazia-se necessário estar para além da produção de uma narrativa iniciada no ato da pesquisa e seleção de rastros do passado e finalizada com a edição de um livro. Diante dos anseios constituídos ao longo dos trabalhos do Instituto, impunha-se à escrita da História Nacional estar para além do simples dar a ler mais uma narrativa do fazer-se o Brasil. Era necessário definir o que era ou se desejava que fosse a nação brasileira, funcionando tal dispositivo, o livro maquinicamente agenciado, junto às práticas de cunho civilizacional, no sentido de incitar os indivíduos às "práticas úteis ao engrandecimento da nação", pois, conforme aponta Ilmar Mattos

---

19 CEZAR, Temístocles. A retórica da nacionalidade em Varnhagen e o mundo antigo: o caso da origem dos tupi". *In* GUIMARÃES, Manoel Luis Salgado (org). *Estudos sobre a escrita da História.* Rio de Janeiro: 7Letras, 2006.

20 CEZAR, Temístocles Américo Correa. *L'écriture de l'histoire au Brésil au XIX^{e} siècle.Essai sur une rhétorique de la nationalité*. Le cas Varnhagen. Thèse. Paris: École Des Hautes Études en Sciences Sociales, 2002. p.12.

> Educar tornava-se, pois, ação por meio da qual cada um dos alunos, deveria adquirir os princípios éticos e morais considerados fundamentais à convivência social, aderindo de modo consciente ao espírito de associação. Era assim o complemento do ato de instruir, que propiciava, a cada indivíduo, os germes da virtude e a ideia dos seus deveres como homem e cidadão. Instruir e educar eram, em suma, uma das maneiras – quiçá a fundamental – de fixar os caracteres que permitiriam reconhecer os membros que compunham a sociedade civil.[21]

Frente às necessidades do presente, reflexas na coleta, arquivamento, publicação de documentos ou à produção historiográfica "em honra da pátria", entendemos não ser possível a espera de uma narrativa que não a normativa, laudatória aos "varões preclaros", à monarquia e aos eventos inspiradores.

> Senhor! E da Historia principamente que se occupa este nosso Instituto: seu nobre fim é tirar do pó do esquecimento tantos feitos illustres de distinctos Brasileiros, que têm merecido a immortalidade, é colligir para um dia servir, é Historia do Brasil, uma infinidade de memórias e documentos preciosos, que se achao dispersos e pouco apreciados.[22]

Não nos resta dúvidas de que o "tirar do pó do esquecimento os *feitos illustres de distinctos Brasileiros*" e atribuir sentido às suas vidas e/ou atos dentro de uma narrativa, maquinicamente agenciada, apresenta-se como objetivo a que se propõe a criação do IHGB. Diante desta constatação, considera-se impossível obliterar as palavras de Paul Valery, em sua célebre reflexão sobre a produção do conhecimento a respeito do passado: o autor entende esse conhecimento como *o artefato mais perigoso que a química do intelecto já produziu.*[23]

Neste sentido, é fundamental atentarmos ao Artigo 1º dos estatutos sobre os quais haveriam de ser desenvolvidos os trabalhos do Instituto. Tal artigo corrobora nossas reflexões pertinentes à seletividade sobre a qual deveria se apoiar o historiador do Brasil, no agenciamento de uma Mágina de Estado montada sobre as páginas de um livro de História. Temos exposto no referido artigo que o Instituto Histórico e Geographico Brazileiro tem por fim

---

21 MATTOS, Ilmar Rohloff. *O tempo saquarema: a formação do Estado imperial*. 5ª ed. São Paulo: Hucitec, 2004,p.277.

22Discurso do Presidente. *Revista Trimestral de Historia e Geographia.* 2ª ed. s/n. Rio de Janeiro: Typographia Imparcial de J.M. Nunes Garcia, 1856, p. 567-8.

23

colligir, methodisar, publicar ou archivar os documentos necessários para a história e geographia do Império do Brazil[24],

Propósitos que entendemos terem sidos realizados à exaustão[25]. Mas a continuação deste artigo nos diz mais, diz ainda que o Instituto tem por objetivo também *promover os conhecimentos destes dous ramos philologicos por meio do ensino publico, logo que o seu cofre proporcione esta despeza*[26]; objetivo que entendemos ter ficado a desejar, haja vista o baixo número de estabelecimentos escolares e o alto índice de analfabetismo existentes no Império[27]; para o que aponta também José Murilo de Carvalho, ao referir-se à

---

24 Extracto dos Estatutos do Instituto Historico e Geographico Brazileiro. *Revista do Instituto Histórico e Geographico do Brazil.* 2ª ed. n.1 Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1856, p. 22.

25Sobre a coleta e sistematização de documentos, é digna de nota a proposição de Rodrigo de Sousa da Silva Ponte, no segundo ano dos trabalhos do Instituto. Ele diz que "o Sr. Desembargador Pontes fez a leitura de uma memória em desenvolvimento do seguinte programa: Quaes seriam seriam os meios de que se deve lançar mão a fim de se obter o maior numero de documentos relativos á história e geographia do Brasil? – Foi ouvida com umma atenção e remettida á Comissão de Redacção para ser publicada na Revista Trimestral". (Extracto das actas das sessões dos mezes de Janeiro, Fevereiro e Março. *Revista Trimestral de Historia e Geographia.* 2ª ed. n. 09. Rio de Janeiro: Typographia de L.P.dos Santos, 1860, p. 132-33). O programa viria a ser publicado no ano de 1841 como o título: "Quaes os meios de que se deve lançar mão para obter o maior numero possível de documentos relativos á Historia e Geographia do Brasil: programa desenvolvido na sessão de 4 de Julho de 1841 pelo sócio efetivo Sr. Desembargador Rodrigo de Souza da Silva Pontes". (PONTES, 1860, p. 149)

26Extracto dos Estatutos do Instituto Historico e Geographico Brazileiro. *Revista do Instituto Histórico e Geographico do Brazil.* 2.ed. n.1 Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1856, p. 22.

27Ainda que a disseminação de um livro de História Pátria se apresentasse de conforme ao exposto no **Artigo 1º**, observa-se, segundo aponta Claudia Regina Callari, que a disseminação do referido compêndio pelo Império não seria efetivada, pois "apesar de a Constituição de 1824 assegurar a educação primária a todos os cidadãos, muito pouco foi feito durante o Império. Uma vez que a educação era voltada para a formação das elites, só o ensino secundário e o superior foram alvo de atenção. Vigoravam, então, dois sistemas paralelos de ensino, possibilitados pelo Ato Adicional de 34: enquanto o ensino primário era de competência exclusiva das províncias, o secundário e o superior – obviamente tidos como mais importantes – eram controlados pelo governo central. Além disso, uma vez que praticamente inexistiam estudos seriados, a admissão ao Ensino Superior só se daria – exceto para os bacharéis do Colégio Pedro II – a partir da realização dos exames gerais, também coordenados pelo governo central. [...] Em resumo, a educação caracterizava-se por uma imensa fragmentação, pois à elite interessava apenas o diploma superior – sobretudo o obtido junto aos cursos jurídicos –, porta de entrada para a vida política. Não era necessário, portanto, o estudo metódico e seriado: tanto pais como alunos estavam interessados em resultados imediatos, matriculando seus filhos nos cursos preparatórios e realizando os exames isoladamente, por disciplinas. [...] O que caracterizou verdadeiramente o ensino durante todo o período imperial foi sua péssima qualidade. Nos relatórios enviados às assembleias provinciais eram frequentes as queixas em relação à instrução. Apesar de a educação beneficiar apenas parcela restrita da população, nem entre os afortunados a situação era mais animadora. Além do grande problema mencionado – o caráter fragmentário do ensino –, faltavam professores capacitados, remuneração e inspeção suficientes, instalações adequadas e compêndios – em quantidade e qualidade ALLARI, Claudia Regina. "Os Institutos Históricos: do Patronato de D. Pedro II á construção do Tiradentes". *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v.21, n. 40, p. 60. 2001, p.67

parca utilização do ensino com vistas a potencializar o referido projeto de construção nacional

> A educação primária também não foi utilizada como instrumento eficaz de socialização política, exceto na Corte, [onde] ela era, desde 1834, atribição das províncias e municípios. O governo central, apesar da grande centralização política e administrativa (os presidentes de província eram nomeados pelo ministro do Império), não se preocupava em definir os conteúdos dos currículos escolares e em exigir qualquer tipo de educação cívica.

Atenhamo-nos à primeira parte do **Art. 1º**, a de "colligir, methodisar, publicar ou archivar os documentos necessários". Se havia, conforme somos informados, documentos que davam a ver vidas exemplares, atos heróicos e feitos inspiradores, dignos, portanto, de serem coligidos, metodizados e até mesmo imortalizados pelo trabalho de publicação, pois, interessantíssimos e necessários à escrita de uma História Pátria, em seu reverso, supomos a existência de outros, tidos por nem tão interessantes, ou ainda, desnecessários à escrita da História do Brasil. Documentos, vidas, atitudes e práticas que haviam de ser silenciadas, esquecidas, apresentando-se os critérios de seleção responsáveis por uma *amnésia* social movida pelos afetos e paixões, o que a leva a proceder

> a escolhas a partir de um jogo complexo em que o lembrar supõe necessariamente o esquecer. O esquecer entendido não como ato de falta de memória, mas como procedimento que se inscreve em toda cultura histórica.[28]

Jogo de lembrar e esquecer estabelecido no rizoma saber-poder desenvolvido no *establishment* que faz com que tanto a sistematização de fontes e representações, assim como a escrita da História, passam por processos através dos quais a produção metódica e pretensamente imparcial seja desterritorializada do campo de um conhecimento cientifico em estabilização e se territorialize no campo dos interesses, sentimentos e afetos e desafetos da memória[29], em prol da fabricação de uma Máquina de Estado

---

28 GUIMARÃES, Manoel Luis Salgado. "A cultura histórica oitocentista: a constituição de uma memória disciplinar". *In* PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História cultural: experiências de pesquisa*. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2003, p.10

29Para entendermos os processos de des-re-territorialização, concomitantes e indissociáveis, primeiramente, devemos informar que entendemos o século XIX como "território' onde, tanto a História como a Geografia constituem-se, por sua vez, como

capaz de somar-se à obra de criação de uma nação brasileira. Paixões materializadas por aqueles que tomaram a frente da produção historiográfica oitocentista buscando reverenciar e sacralizar objetos eleitos em relações sincrônicas. Ao passo que a produção historiográfica que desejamos seja aquela que se apresente como

> exercício crítico capaz de investigar as construções da memória, retirando dos altares e trazendo para o mundo dos homens aqueles objetos sacralizados, sejam eles os atores do passado, os eventos fundadores ou as formas narrativas elaboradas a partir das experiências do passado.[30]

Esta mesma escrita que pretende tirar dos altares os objetos sacralizados é a "operação que aciona procedimentos e procede a escolhas, pondo em disputa visões e significações para o passado" (*idem*, *loc.cit.*) consoante aos desejos daqueles que a produzem, das necessidade de um presente e de um projeto político.

Tais processos — de des-re-territorialização — acabam por "profanar" a escrita da História; processos pelos quais se atribui a imortalidade a quem e àquilo que perece frente à ação dos tempos; ou pelos quais a memória

---

"territórios". Para GUATTARI e ROLNIK (2005), "A noção de território aqui é entendida num sentido muito amplo, que ultrapassa o uso que fazem dele a etologia e a etnologia. Os seres existentes se organizam segundo territórios que os delimitam e os articulam aos outros existentes e aos fluxos cósmicos. [...] O território é sinônimo de apropriação, de subjetivação fechada sobre si mesma. Ele é o conjunto de projetos e representações nos quais vai desembocar, pragmaticamente, toda uma série de comportamentos, de investimentos, nos tempos e nos espaços sociais, culturais, estéticos, cognitivos" (p. 323). Ora, foi ao longo do oitocentos que a História e Geografia se estabilizaram como do conhecimentos específicos, delimitando seus objetos, métodos e técnicas. Atenhamo-nos à produção historiográfica a qual haveria de apresentar o passado tal qual acontecido. Seguindo as reflexões de Deleuze, Rolnik e Guattari, observa-se que a criação de uma instituição aos moldes do IHGB apresenta-se inserida num território, relaciona-se com um projeto de construção nacional, práticas sociais, a construção de um efetivo projeto político de libertação dos desejos, dos corpos, da arte, da criação e da produção de subjetividade. Acrescentamos às reflexões dos filósofos a própria narração do passado, o qual haveria de ser narrado no presente de forma científica, pasteurizada, desapaixonada; conforme orientações do território que se constituía: a historiografia. Frente aos desejos, relações concretas em meio aos quais este território se constitui, a Historiografia haveria, com vistas a suscitar, despertar o sentimento de pertença a uma comunidade imaginada brasileira, desterritorializar-se da imparcialidade, da frialdade da ciência e reterritorializar-se potencializar-se, na emotividade, nas emoções do território literário. Tais processos de des-re-territorialização, no entender de Deleuze e Guattari, são potencializados pelo desejo, entendido como força criadora e produtiva. Sobre as categorias analíticas desterritorialização e reterritorialização são importantes a leitura de DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. ELIX, Guattari. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*. v.1. Rio de Janeiro: Editora 34, 2001.

30 GUIMARÃES, Manoel Luis Salgado. "A cultura histórica oitocentista: a constituição de uma memória disciplinar". *In* PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História cultural: experiências de pesquisa*. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2003, p.10

desemprenha seu devir história, fazendo com que o livro de História deixe de ser apenas uma extensão dos tempos passados e se torne, em seus devires, uma porta-voz do presente, um intercessor de seus anseios, desejos, de suas necessidades e do calor das paixões:

> A impremssa de uma sociedade como a nossa, e no estado em que nos achamos, não satisfaz o historiador: escrevemos actualmente com muita paixão; todos os factos são desfigurados por ambos os lados que pleiteam interesses e que defendem individualidades: aquillo que mais importa á historia e sua philosophia sobre a origem dos acontecimentos, e a causa productora de taes e taes resultados, se acha baralhado debaixo das forças de uma lógica capciosa, e no meio de declamações vagas, onde os indivíduos substituem as idéas.[31]

As paixões e deformações seriam aceitas desde que convergentes aos interesses dos associados. Apresenta-se, desta forma, a seletividade como elemento constitutivo do decalque delineado ao longo das atividades do Instituto, do que haveria de ser uma História do Brasil. Instituída então a seletividade e procedimentos de interdição como constitutivos dos trabalhos da *Casa*, o que se dava a ler e a publicar haveria de ser avaliado de acordo com as conveniências, necessidades e anseios dos que se propunham a policiar os ditos — e não ditos — sobre o Brasil. Emblemático deste jogo de afetos e interesses regrado pela memória é a proposição da criação da arca do sigilo, sancionada pelos Srs. Manoel de Araújo Porto-Alegre, Dr. Francisco Freire Allemão e Manoel Ferreira Lago, por considerarem a criação da arca do sigilo como sendo de "máxima utilidade", conforme aponta o **Artigo 1º** de sua fundação, determinando que a arca seria a responsável pela guarda de "todos os manuscriptos secretos que se não podem publicar sem época determinada"[32]*.* Observe-se ainda que

---

31 213ª sessão em 16 de Fevereiro de 1850. *Revista Trimestral de Historia e Geographia.* 2ª ed. n. 17. Rio de Janeiro: Typographia de Joao Ignacio da Silva, 1872, p. 132-133.

32 A análise dos orientadores da "arca" nos informa que havia registros dignos de serem guardados "a sete chaves". Deve-se pensá-la referenciada no processo em que a mesma se desenvolve. Trata-se de uma narrativa que venha garantir a constituição da nação brasileira. Como então publicar determinados documentos? Opina o relator do trabalho que a desterritorialização da frialdade e imparcialidade da narrativa histórica, conforme proposições de caráter teórico de Leopold Von Ranke, busque uma linha de fuga com vistas a fazer com que a fabricação do passado viabilize o projeto escriturário e civilizacional engendrado pelo Instituto Historico e Geographico Brazileiro. É através dessas linhas de fuga, projetadas por uma memória em devir história pragmaticamente amparada, que o passado havia de ser narrado, em conformidade com a fabulação dos integrantes do IHGB. Citamos aqui alguns artigos normatizadores da referida arca: **Artigo 3º** — "A arca de sigillo será feita de madeira

> Escriptos há, certamente, muito úteis e preciosos para a historia de um paiz, cuja immediata impressão pode acarretar, alem de grandes desgostos a seus autores, incalculáveis perturbações, e promover não só a paz interna, como a externa; e outros que envolvendo personalidades contemporâneas e descarnando os factos, ou divulgando segredos, trariam um sem numero de inimizades e deslocações pessoaes, mormente em épocas de transição e n'um paiz como o nosso, onde as bases de uma longa experiência não podem ainda fructificar, e onde a tolerância das nações velhas ainda não chegou.[33]

Penso que o excerto acerca dos fins aos quais se propunha a criação da arca seja emblemático do potencial seja da publicação de alguns materiais, seja da produção historiográfica propriamente dita; potencialidade (des)agregadora que se apresentava maior no caso do Império do Brasil. Observemos a ressalva: "mormente em épocas de transição e n'um paiz como o nosso, onde as bases de uma longa experiência não podem ainda fructificar, e onde a tolerância das nações velhas ainda não chegou", dando a ver que a consciência, portanto, das possibilidades da produção historiográfica na construção da nação brasileira; fazendo-se desta maneira,

---

imcorruptível, precintada de ferro e com duas fechaduras de patente cujas chaves serão diferentes". **Artigo 5º**— "A arca de sigillo só se abrirá em sessão ordinária do Instituto e na presença dos claviculares ou seus delegados". **Artigo 6°** — "Este acto não será executado sem proposta anterior do 1º Secretario, e por convite official do mesmo para a seguinte sessão". **Artigo 7º** — "As memórias depositadas serão previamente enumeradas e inventariadas segundo o titutlo que trouxerem, o formato, a qualidade do papel que as envolver e outros quaisquer signaes que as possam bem caracterisar". **Artigo 8º** — "Além do sello e precauções do autor, o Instituto fará sellar de novo". **Artigo 10º** — "Feito o deposito se fechara imediatamente a arca, e cada um dos claviculares levara as chaves". **Artigo 11º** — "O Instituto convidará por meio de uma circular e de annuncios, que fará reproduzir em todos os jornaes do Imperio, para que todos os seus sócios e litterarios que, por terem presenciado, ou por informações de pessoas fidedignas souberem de circumstancias dos nossos acontecimentos políticos, civis e religiosos, e que estejam ainda mal avaliados pela voz geral, ou pelos escriptores públicos, hajam de relatal-os com toda a imparcialidade, e remetter á meza o seu trabalho, dando-lhe a segurança de ser guardado com todo o segredo, ate a época que se determinar a sua publicação". **Artigo 14º** — "Chegando o tempo da abertura das cartas e das memórias o presidente do Instituto convocará o mesmo a para em sessão assistir a abertura da arca de sigillo, e depois de estrahido e verificado o manuscrito, segundo a cara que o acompanhou, será aberto e lido immediatamente, e se for muito longo, se procederá á continuação de sua leitura nas sessões seguintes". **Artigo 15º** — "Das memórias julgadas dignas de immediata publicação se tirara uma copia, ficando o autographo depositado no arquivo do Instituto; porem se o seu valor for de alguma sorte duvidoso, será nomeada uma comissão para extractar d'ella o que se julgar de importante á historia". **Artigo 16º** — "Se qualquer eventualidade occasionar a suspensão dos trabalhos do Instituto, ou sua dissolução, a arca de sigillo passara para o arquivo publico nacional" (Extracto das actas das sessões do 3º Trimestre de 1850. *Revista Trimestral de Historia e Geographia.* 2ª ed. n. 52. Rio de Janeiro: Typographia de Joao Ignacio da Silva,1872, p. 414-415).

33Extracto das actas das sessões do 3º Trimestre de 1850. *Revista Trimestral de Historia e Geographia.* 2.ed. n.52. Rio de Janeiro: Typographia de Joao Ignacio da Silva,1872.p. 414-415.

com os processos de des-re-territorialização da História e da Memória apresentem-se como que constitutivo do campo de formação historiográfica no Brasil oitocentista, tendo em vista, o agenciamento de uma Máquina de Estado capaz de somar-se ao projeto de formação da nação brasileira, projeto este que, conforme apontam nossas análises, teve a sua frente o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.